

## **POR UMA VIDA SEM CATRACAS!**

### **MOBILIZAÇÕES POPULARES E LUTA CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DO TRANSPORTE**

*João Gabriel da Fonseca Mateus\**

joaogabriel\_fonseca@hotmail.com

O ano de 2013, especificamente nos liames dos meses de maio e junho, proporcionou uma onda de manifestações em todo o Brasil. Lutas específicas e amplas apontaram para a necessidade de transformações sociais. Apesar do aspecto de ampliação que tomou as manifestações, nos limitaremos nesse texto a discutir as mobilizações populares que giraram em torno da questão do transporte coletivo urbano que marcaram presença nas ruas de centenas de cidades, dando enfoque para os atos ocorridos em Goiânia. Após isso, faremos uma breve exposição das concepções gerais da *Frente de Luta contra o Aumento da Passagem*<sup>1</sup>, organização que figurou na organização e coordenação de atos de luta sobre o transporte na capital goianiense e do *Movimento Passe Livre*<sup>2</sup> que atuou na cidade de São Paulo. Para finalizar o texto, ressaltaremos as concepções libertárias desses movimentos apresentando também seus limites palpáveis.

#### **De Porto Alegre à Goiânia e ao Brasil**

Sob os auspícios do lema *3,05 é roubo! Não temos partido e nem bandeiras*, somos o povo, os protestos, atos, manifestações ocorridas na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, conseguiram barrar o aumento de 20 centavos da passagem. Nessas manifestações que irromperam nos meses de março e abril foram modelos e serviram de inspiração para acender a chama revoltosa em outras cidades. Assim, essa revogação no preço foi o prelúdio para atos em várias localidades, tais como Goiânia e São Paulo, consecutivamente.

Em Goiânia, por exemplo, no mês de abril, estudantes secundaristas, universitários e trabalhadores (as) articularam a formação de uma organização que coordenasse as ações contra o aumento da tarifa que em alguns dias seria anunciada. Sob o nome de *Frente de Luta contra o Aumento da Passagem*, a organização coordenou várias ações na cidade. Esse grupo contava com indivíduos autonomistas, anarquistas, bolcheviques, dentre esses, alguns membros de partidos

---

\* Possui graduação em Licenciatura Plena em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (2013). É aluno do curso de Especialização em História Cultural: Imaginário, Identidades e Narrativas da UFG. É autor do livro *Educação e Anarquismo: Uma perspectiva libertária*. É membro do NUPAC (Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural) e do corpo editorial da Revista Espaço Livre.

<sup>1</sup> Nesse texto chamaremos essa organização com o nome de *Frente*.

<sup>2</sup> Aqui será referenciado com a sigla *MPL*.

políticos (PT, PCdoB, PSTU, PCB, PSOL) e outros que não se vinculavam – explicitamente – a nenhuma tendência militante.

As ações da *Frente* articulavam primeiramente com um objetivo específico de barrar o suposto aumento que seria anunciado nos próximos dias. Além disso, almejava outras perspectivas como pressionar a CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo) e a CDTC (Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo) para liberar as planilhas de custo e de lucros, impor uma participação popular na CDTC, por fim à concessão do transporte aos oligopólios empresariais, etc. Por fim, após a revogação do aumento, a *tarifa zero* (sem restrição e universal) foi uma bandeira levantada.

Alguns acontecimentos foram fundamentais para o crescimento das ações em Goiânia dentre eles, uma paralisação dos motoristas. Na noite do dia 1º de maio, uma greve de motoristas de ônibus do transporte coletivo metropolitano foi decretada. A priori organizada pelo Sindicato dos motoristas (Sinditransporte) e, posteriormente, sendo superada pelos próprios motoristas que romperam com o sindicato criando uma autonomia importante, a greve potencializou a insatisfação dos usuários causando uma canalização do problema para suas más condições, superlotação, atrasos e preço abusivo.

Logo após esse crescimento mobilizativo, a *Frente* organizou alguns atos e manifestações em Goiânia.

O primeiro deles ocorreu no dia 8 de maio onde o movimento saiu da Praça Cívica (localizado no centro da capital) e seguiu para o cruzamento mais movimentado da cidade, a Praça do Bandeirante. Nesse **primeiro ato**, surpreendendo as autoridades policiais pela quantidade de estudantes que ali estavam, as formas simbólicas de manifestação deram a tônica do movimento. Queima de pneus, bloqueio do maior cruzamento da cidade por mais de 3 horas e a presença de uma representante da CMTC deram os passos iniciais de um movimento que perduraria por alguns meses.



Figura 1 - Primeiro ato organizado pela Frente de Luta contra o Aumento da Passagem



Figura 2 - II Ato. Na ocasião, comandante da Tropa de Choque agride manifestante no rosto.

O **segundo ato** ocorreu na Praça A e, por assim dizer, pode ser considerado como o marco divisor da radicalidade das futuras ações. Após horas de bloqueio da região do bairro Campinas, a tropa de choque da Polícia Militar reprimiu violentamente os manifestantes e, até mesmo indivíduos que nem se quer protestavam. A dureza e inescrupulência da ação repressiva dos aparatos militares do Estado deram seus primeiros atos de violência e que no quarto ato viriam a retomar, com mais potencialidade.

Apesar da diminuição dos conflitos, o **terceiro ato** foi marcado por uma continuidade dos conflitos entre policiais e manifestantes. Com o intuito de barrar a reunião dos representantes dos órgãos responsáveis pela deliberação do aumento (CDTC, CMTC, Prefeitura de Goiânia e demais prefeituras da região metropolitana e Governo do



Estado) o ato se organizou na Praça Universitária e saiu em direção à frente do Palácio Pedro Ludovico

Figura 3 - III Ato na Praça Cívica em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sede do governo do Estado de Goiás. Créditos: Renan Accioly Wanser.

Teixeira onde aconteceu a referida reunião. Mesmo com a manifestação e pelos apelos do não aumento, fora deliberado o aumento de 30 centavos no preço da tarifa. Menos de 12 horas após da decisão, começou a cobrar em Goiânia e na região metropolitana o novo preço, estipulado em R\$ 3,00. Com esse abusivo aumento, a radicalidade tomou conta no ato do dia 28 de maio.

Percorrendo a Avenida Universitária com destino à Praça da Bíblia, o **quarto ato** engrossou o coro pelo



Figura 4 - IV Ato organizado pela Frente de Luta contra o Aumento.

cancelamento do aumento da semana anterior. Porém, a truculência policial marcou e deu as diretrizes para a manifestação. Com bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, balas de borracha e, até mesmo, uso de armas de fogo letal, estiveram presentes. Cerca de duas dezenas de manifestantes foram presos e dentre eles, alguns menores. Como maneira simbólica, ônibus foram incendiados provando assim, a insatisfação generalizada com o sistema de transporte e consultivamente, com toda a truculência do Estado.

No **quinto ato** ocorrido no dia 6 de junho, os resquícios do medo e da possibilidade de outro confronto violento com as formas militares estiveram presentes. Saindo do Teatro Goiânia, localizado em uma região de grande fluxo de trânsito, percorrendo até o SETRANSP e de lá, para a CMTC,



o quinto ato deixou claro a combatividade do movimento

Figura 5 - V Ato em Goiânia. Na imagem, manifestantes fazendo o ato lúdico de satirizar a Polícia Militar.

mais uma vez nas ruas da cidade. Durante o ato, uma exposição lúdica de um teatro deu outra vez a cara do movimento ao satirizar a ação do choque frente aos estudantes e trabalhadores. Com o objetivo de protestar contra as empresas que detém o oligopólio do transporte, a Frente foi seguida pela Polícia Militar pelo centro da capital até as dependências do Instituto Federal de Goiás. Lá, após assembleia geral, os manifestantes foram se dispersando e despistando a PM, salvaguardando a proteção de seus manifestantes.

O esperado dia 20 de junho colocou uma multidão nas ruas. Este foi o sexto ato coordenado pela Frente de Luta na cidade de Goiânia. Porém, como se tratava de um ato unificado nacionalmente, uma quantidade nunca antes vista de pessoas marcaram presença nas ruas centrais de Goiânia. Com a vastidão de pessoas que foram às ruas veio a vastidão de *bandeiras*, deixando em planos inferiores a questão do transporte e do aumento da tarifa que havia sido revogado. O **sexto ato** com uma tonalidade pacifista,



Figura 6 - VI Ato em Goiânia que reuniu cerca de 70 mil pessoas.

desvirtuando as ações que até então a Frente havia organizado, saiu do centro da capital percorrendo várias localidades da cidade com um tom muito mais de festividade do que de manifestação popular<sup>3</sup>. Porém, no decorrer do ato, um confronto em frente à Assembleia Legislativa demarcou mais uma vez a ação truculenta do Estado e de seus aparelhos armados: cerca de uma dezena de manifestantes foram presos e ainda continuam sofrendo processos e responderão por alguns crimes.

Uma semana após o ato que reuniu cerca de 70 mil pessoas, ocorreu o sétimo ato saindo da Praça Universitária rumo ao Ministério Público. Com uma tonalidade específica e classista (contra a criminalização dos movimentos sociais), essa manifestação percorreu as ruas do Setor Leste Universitário com um número reduzido de pessoas (comparando com as outras



Figura 7 - VII Ato com a pauta da Não Criminalização dos Movimentos Sociais caminhando rumo ao Ministério Público de Goiás.

ações) e conseguiu, após horas de pressões, uma reunião com representantes do Ministério Público exigindo a não criminalização dos movimentos sociais e dos indivíduos que foram presos nas manifestações anteriores.

Concomitante a esses atos na capital goianiense, outras manifestações ocorrem em centenas de cidades do Brasil. Por exemplo, na cidade de São Paulo alguns atos nas primeiras semanas de junho. O primeiro ato em São Paulo ocorreu na noite da quinta-feira, 6 de junho, com um protesto contra o aumento da tarifa de ônibus que bloqueou totalmente as avenidas Paulista, Nove de Julho, Treze de Maio e São Luís. No dia seguinte, os manifestantes percorreram avenidas na região do bairro de Pinheiros, a zona oeste de São Paulo; no terceiro ato no dia 8 do mesmo mês, a Avenida Paulista parou: a manifestação atravessou o centro de São Paulo e voltou para a Paulista. Esse foi o terceiro e maior protesto contra o aumento das passagens de ônibus, trem e metrô do Brasil, reunindo mais de 100 mil pessoas. Em todos os atos, a presença da Polícia Militar e suas corporações internas foram

---

<sup>3</sup> Como o espaço não é para discutir especificamente esse ato deixo como sugestão de leituras, os seguintes textos disponíveis em forma digital: *Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas* (<http://passapalavra.info/2013/06/79985>, acesso em julho de 2013) e *20 de junho: a Revolta dos Coxinhas* (<http://passapalavra.info/2013/06/79726>, acesso em julho de 2013).

canalizadoras de atos de violência contra os manifestantes, tal qual acontecido na capital do Estado de Goiás.

Alguns elementos são importantes de se ressaltar nesse texto e que ainda não foram contemplados. Além dos atos organizados, vêm se notando com recorrência atos com certa espontaneidade da população usuária do transporte coletivo em atos combativos como, por exemplo, no dia 18 de junho onde três ônibus foram depredados no terminal Padre Pelágio na capital de Goiás. Esses atos nada mais são do que uma resposta à altura da constância de violências que sofrem cotidianamente os usuários do transporte coletivo.

No dia seguinte, no setor Itatiaia, nas imediações da Universidade Federal de Goiás, um ônibus foi incendiado em ato de protesto. Além de Goiânia, outras cidades também participaram de atos autônomos espontâneos tais como Valparaíso (GO) – no dia 21 de junho cerca de 10 ônibus incendiados -; Contagem (MG) no dia 27 de junho; São Paulo, no dia 11 de junho no Itaim Paulista, zona leste da capital e no dia seguinte no bairro do Capão Redondo, no dia 28 de junho a população incendiou um ônibus. Alguns dias antes, no dia 20 de junho em Santos, dois ônibus incendiados e por fim, agora no início desse mês um ônibus foi incendiado na cidade de Aracajú. Além destes, na noite de 10 de julho, o *Bloco de Luta pelo Transporte Público* ocupou a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

### **Organizações autogeridas nas ruas**

Apesar de não haver lideranças nesses movimentos, jamais podemos dizer que eles são desorganizados. Organização não supõe burocracia e vice-versa. Nesse sentido, apresentaremos de forma curta abaixo algumas predileções desses movimentos acima citados (*Frente* e *MPL*).

A *Frente* contou no seu bojo de uma série de princípios, dentre os quais podemos destacar: a) autonomia política, organizativa e econômica, que assegurou suas próprias maneiras de se gerir e autogerir suas ações; b) apartidarismo, que ligada à noção anterior de autonomia complementou e deixou claro que suas teses devem vir diretamente das ações práticas e cotidianas, não deixando entrever interesses burocráticos de partidos em si; c) combatividade, atos de violência com sentido revolucionário como ataques tanto teóricos, quanto práticos ao Estado; d) autogestão interna, ou seja, a autorrepresentatividade, decisão coletiva, auto-organizações nas unidades de luta sob a forma da igualdade abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e dirigidos; e) livre associação dos indivíduos tendo a liberdade de se desligar do coletivo assim que quiser entendendo que suas ações estão ligadas com as responsabilidades coletivas; f) ação direta baseada no

princípio pautado na horizontalidade e fim da intermediação de meios que não são combativos e autônomos; g) horizontalidade interna entre os membros, não cabendo superioridade entre nenhum de seus componentes; h) decisões coletivas baseadas em assembleias gerais como ato supremo de suas decisões, respeitando o direito de fala das posições minoritárias, i) revogabilidade e temporalidade a qualquer momento das comissões; j) solidariedade entre membros.

Próximo às concepções da *Frente*, o MPL também se pauta por uma maneira organizativa que rompe com os velhos paradigmas partidários e burocráticos de organização. Rompendo com as concepções de lideranças, os dois movimentos reconhecem que a política repressiva do estado necessita da criação de líderes para atuar com maior veemência. Por isso, a antiliderança além de ser um ato político e de concepção teórica é também um elemento de estratégia frente às ações do governo.

Para cumprir com seus objetivos frente à sociedade civil, o MPL (Movimento Passe Livre) é claro em sua forma organizativa:

Reforçamos que o MPL é um movimento horizontal e qualquer pessoa que se declara liderança do movimento para legitimar-se perante o Poder Público, não o faz em nome do movimento<sup>4</sup>

No texto “Princípios organizativos do Movimento Passe Livre Nacional”<sup>5</sup> nota-se uma mudança, ou, melhor dizendo, uma ampliação da pauta de passe livre estudantil para o passe livre irrestrito ao longo dos seus anos de atuação (de 2003 até 2013). Além disso, reafirma-se as bases antiparlamentares, apartidárias, independentes e autônomas frente a entidades não-governamentais e estatais. Nesse âmbito também se afirma a articulação do movimento com a necessidade prática de visar um objetivo finalista, que é a transformação da sociedade. Vejamos:

O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.

O MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Nesse sentido, lutar contra a própria repressão e criminalização de que tem sido alvo.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/07/01/nota-publica-sobre-os-recentes-acontecimentos-em-sao-luis/>.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>.

Além dos princípios e objetivos do movimento, a clareza de sua forma organizacional nos permite afirmar que há um rompimento frontal com as organizações burocráticas. Dentre esses aspectos de ruptura, notemos a forma de organização federativa que preza pela organização horizontal que articula espaços de autonomia em nível federal e local.

### **Organização e constituição**

O apoio mútuo deve ser a base que garante a existência do movimento em nível nacional.

O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização.

As unidades locais devem seguir os princípios federais do movimento. Ressalta-se que o princípio da Frente Única deve ser respeitado, estando acima de questões ideológicas.

O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizerem parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local.

Em outra nota pública, o próprio MPL reitera seus métodos organizativos ao avaliar o ato nacional do dia 20 de junho. Assim diz:

### **Nota nº. 11: sobre o ato dessa 5ª feira**

O Movimento Passe Livre (MPL) foi às ruas contra o aumento da tarifa. A manifestação de hoje faz parte dessa luta: além da comemoração da vitória popular da revogação, reafirmamos que lutar não é crime e demonstramos apoio às mobilizações de outras cidades. Contudo, no ato de hoje presenciamos episódios isolados e lamentáveis de violência contra a participação de diversos grupos. O MPL luta por um transporte verdadeiramente público, que sirva às necessidades da população e não ao lucro dos empresários. Assim, nos colocamos ao lado de todos que lutam por um mundo para os de baixo e não para o lucro dos poucos que estão em cima. Essa é uma defesa histórica das organizações de esquerda, e é dessa história que o MPL faz parte e é fruto. O MPL é

um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos.

Toda força para quem luta por uma vida sem catracas.

Movimento Passe Livre – São Paulo<sup>6</sup>

Após apresentar essas concepções busquemos uma conclusão para o texto.

### **Considerações conclusivas**

Como tentamos demonstrar, as lutas no Brasil insurgiram de movimentos pelo transporte e foram se ampliando a partir das demandas sociais, que são policlassistas. Essa adesão fundada na pluralidade difusa rompeu com os limites orgânicos desses grupos que coordenavam, até por que, não cabe a eles serem o sujeito revolucionário que derrubará essa sociedade e fundará outra. Tal ideia seria no mínimo ingenuidade de nossa parte. Esses movimentos foram no mais amplo pensamento que podemos ter uma expressão da luta de classes e posso dizer, estamos ainda bastante distantes de um processo revolucionário.

A entrada da classe trabalhadora com suas pautas no âmago das lutas poderá abrir um espaço para um projeto político efetivo de transformação social. Com isso, as bandeiras de projetos classistas e combativos devem se levantar no sentido de ampliar seus objetivos. Essa ampliação só pode se dar na unidade e na coerência de meios e fins. Alas burocráticas devem ser combatidas, pois elas reproduzem as relações sociais capitalistas. Por isso, é o momento de fortalecer estes movimentos autônomos e combativos que são organizados de formas autogeridas.

Para deixar com clareza a nossa diferença com a mídia burguesa, entendemos que a violência contra o capital é de determinada concepção teórica-política, ou seja, feita por aqueles que compreendem ser necessária a superação violenta das relações sociais vigentes para uma sociedade pós-capitalista, fundada em bases autogeridas.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/sobre-o-ato-de-5a-206-nota-publica/>.

Por fim resta dizer que as movimentações continuam em julho, apesar do descenso mobilizativo. No entanto, as lutas radicalizadas e libertárias destes meses no Brasil mostram a importância de suas presenças no jogo da história feitas pelas mãos e pés de movimentos minoritários e combativos que atuam para muito além dos partidos, sindicatos e, consecutivamente, do Estado visando a superação de todos eles.